

**AJUSTE DIRETO**  
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROCÍNIO JUDICIÁRIO**

**Referência: RH/AD/1/2025/ATEC**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**CLÁUSULA 1.ª**

**OBJETO**

O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré contratual por Ajuste Direto, por critérios materiais, identificado com a referência RH/AD/1/2025/ATEC e designado como “*Aquisição de Serviços de Patrocínio Judiciário (Aquisição de serviços)*”, com vista à resposta, acompanhamento e execução do que se revelar necessário em matéria de contencioso judicial, no que respeita ao Processo n.º 106/25.3T8STB, que corre termos no Juiz n.º 2 do Juízo do Trabalho do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, em que é Autora Cristina Figueiredo da Silva Mota Munoz, e Ré a ATEC – Associação de Formação para a Indústria, até à conclusão do processo em primeira instância.

**CLÁUSULA 2.ª**

**CONTRATO**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado.
2. Fazem também parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo adjudicatário desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos

(CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **CLÁUSULA 3.ª**

#### **ESPECIFICAÇÕES**

1. Pretende-se a aquisição de serviços jurídicos para resposta, acompanhamento e execução do que se revelar necessário em matéria de contencioso judicial, no que respeita ao Processo referido na Cláusula 1.ª, até decisão judicial em primeira instância.
2. O objeto da presente aquisição não inclui qualquer recurso que venha a ser necessário, que poderá ser contratado autonomamente.
3. A aquisição de serviços objeto do presente Caderno de Encargos é prestada no exercício de profissão liberal de advocacia, sem qualquer subordinação à entidade adjudicante.

### **CLÁUSULA 4.ª**

#### **NATUREZA DO CONTRATO**

O contrato a celebrar reveste a natureza de contrato administrativo de prestação de serviços e está sujeito ao regime substantivo estabelecido no CCP.

### **CLÁUSULA 5.ª**

#### **VIGÊNCIA DO CONTRATO**

1. A prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato entra em vigor na data da sua assinatura.
2. O contrato mantém-se em vigor até à decisão judicial em primeira instância que venha a ser proferida no Processo n.º 106/25.3T8STB, que corre termos no Juiz n.º 2 do Juízo do Trabalho do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, ou até ao prazo máximo de 2 anos após a celebração do presente contrato, sem prejuízo do número seguinte.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, na eventualidade de o preço contratual se esgotar antes da data de término do contrato, o mesmo cessa à data em que o preço contratual se esgote.

### **CLÁUSULA 6.ª**

#### **OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da

ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

- a) Elaborar todas as peças processuais necessárias e acompanhar o processo em primeira instância, nas audiências que forem realizadas;
  - b) Prestar as informações que forem solicitadas pela ATEC ou pela entidade que esta designar para o efeito;
  - c) Proceder à apresentação tempestiva de toda a documentação técnica solicitada;
  - d) Realizar as reuniões necessárias com a ATEC ou outros organismos que possam ter intervenção no processo.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom desempenho da prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Cabe à Entidade Adjudicante monitorizar a execução contratual e alertar o adjudicatário sempre que existam anomalias.

#### **CLÁUSULA 7.ª**

##### **LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Sem prejuízo das reuniões que, pela sua natureza ou por solicitação da ATEC, devam ser executadas na sede da entidade adjudicante ou noutro local, a restante prestação de serviços é realizada na sede do adjudicatário ou no Tribunal em causa.

#### **CLÁUSULA 8.ª**

##### **DEVER DE SIGILO**

1. A execução contratual no presente procedimento observará as regras de sigilo profissional e deontológicas aplicáveis à respetiva atividade.
2. O adjudicatário garantirá, nomeadamente, integral sigilo quanto a documentos ou informações de que venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante e demais entidades abrangidas pelo âmbito da prestação do objeto do contrato, inclusive após a execução do contrato.
3. O adjudicatário deve limitar o acesso a tais documentos ou informações por parte dos seus colaboradores que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do contrato a celebrar e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao adjudicatário.
4. Consideram-se excluídos das disposições anteriores:

- a) Os documentos e informações que sejam ou se tornem do conhecimento público, sem que o adjudicatário de tal facto seja ou possa ser considerado direta ou indiretamente responsável.
  - b) Os documentos e informações que sejam requeridos por autoridade judicial.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **CLÁUSULA 9.ª**

##### **OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA ATEC**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a ATEC as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de pagar o preço contratual, nos termos contratualmente fixados;
- b) Obrigação de prestar ao adjudicatário, na pendência do contrato, todas as informações e esclarecimentos relativos à sua execução;
- c) Nomear um gestor responsável pela gestão do contrato e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação.

#### **CLÁUSULA 10.ª**

##### **PREÇO BASE**

- 1. O Preço Base, correspondente ao preço máximo que a ATEC se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do Contrato a celebrar, corresponde ao montante máximo de € 18.500 (dezoito mil e quinhentos euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 2. O preço contratual é o preço a pagar pela ATEC em resultado da proposta adjudicada.
- 3. O preço referido no número anterior não inclui os encargos cuja responsabilidade seja imputada à ATEC, nomeadamente taxas de justiça e outras despesas judiciais.
- 4. As despesas com deslocação, instalação, alojamento, alimentação e as demais despesas incorridas com o exercício da atividade são da responsabilidade do adjudicatário.

### **CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>**

#### **FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. A faturação deverá ser realizada mensalmente em função das horas despendidas no mês anterior na execução do objeto contratual, a qual deve fazer referência ao número do contrato.
2. A fatura emitida pelo adjudicatário deve ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência pela ATEC, sob pena de devolução ao adjudicatário.
3. O pagamento do preço será efetuado no prazo de 30 dias após a emissão da fatura.
4. A ATEC reserva-se no direito de não aprovar as faturas apresentadas que não respeitem o contrato ou os termos da proposta adjudicada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2, as faturas serão pagas através de transferência bancária realizada para o IBAN indicado pelo adjudicatário para o efeito.

### **CLÁUSULA 12.<sup>a</sup>**

#### **FORÇA MAIOR**

1. Não é havida como incumprimento, total ou parcial, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **CLÁUSULA 13.<sup>a</sup>**

##### **RESOLUÇÃO POR PARTE DA ATEC**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a ATEC pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. Para efeitos do número anterior, a ATEC notificará por escrito o adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
3. Não se verificando sanadas as deficiências notificadas, a ATEC poderá resolver então o contrato, operando-se a resolução na data da receção da referida notificação.
4. O direito de resolução referido no número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas.

#### **CLÁUSULA 14.<sup>a</sup>**

##### **SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependem da autorização da outra, nos termos do disposto no CCP.

#### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup>**

##### **COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre a ATEC e o adjudicatário, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para a sede contratual de cada uma das partes.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup>**

##### **DADOS PESSOAIS**

1. A ATEC e o adjudicatário declaram que conhecem o regime de proteção de dados pessoais, nomeadamente os direitos e obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, bem como declaram que cumprem as regras e os princípios previstos nas várias disposições legais de proteção de dados pessoais.
2. A ATEC e o adjudicatário obrigam-se a manter absoluto sigilo relativamente aos dados pessoais de quaisquer titulares de dados com que se relacionem ou a que tenham acesso no âmbito da execução do contrato.
3. A ATEC e o adjudicatário obrigam-se a adotar as medidas técnicas e organizativas necessárias para assegurar um nível de segurança adequado ao risco envolvido e aos dados pessoais objeto de tratamento.
4. Os dados pessoais relativos ao adjudicatário, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são conservados pela ATEC pelo prazo legalmente devido.

#### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup>**

##### **GESTOR DO CONTRATO**

Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 290º-A do CCP, o Gestor do Contrato é nomeado no Contrato a celebrar.

#### **CLÁUSULA 18.<sup>a</sup>**

##### **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o que no Caderno de Encargos for omissivo, aplicar-se-á o disposto no CCP e na demais legislação complementar

**CLÁUSULA 19.<sup>a</sup>****Foro**

Para a resolução de todo e qualquer litígio emergente do contrato as Partes estipulam o foro de Lisboa.

---

(João Carlos Rato Costa – Administrador)

---

(Paulo António Vilela Peixoto - Administrador)